



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 3ª REGIÃO
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PRESIDENTE
PRUDENTE

PSFN/PRES. PRUDENTE

RUA SÃO BENTO, 57, - JARDIM PETRÓPOLIS, PRESIDENTE PRUDENTE - SP, CEP: 19060-380
TELEFONE: (18) 2101-5777

PROVA DE ESTÁGIO

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber este caderno de provas, preencha seu nome completo e número do documento de identificação (RG ou CPF) no gabarito.

2. Verifique se possui a quantidade de questões previstas no edital, ou seja, 50 (cinquenta) questões. Caso constate qualquer equívoco na impressão, solicite de imediato seja realizada a troca de seu caderno de prova. O(a) candidato(a) que deixar de identificar corretamente sua prova será automaticamente excluído do processo seletivo.

3. Não se levante sem autorização dos aplicadores da prova.

4. A duração da prova será de 3 (três) horas, sem qualquer prorrogação. Na duração da prova é computado o tempo destinado à identificação da prova e ao preenchimento do gabarito.

5. O gabarito deve ser preenchido com caneta azul ou preta.

6. Não é permitida a comunicação com outros(as) candidatos(as) após o início da prova.

7. Finalizada a prova, informe ao aplicador e entregue a folha com o gabarito preenchido.

8. O(a) candidato(a) não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do respectivo início.

9. Depois de identificado(a) e instalado(a) na sala, o(a) candidato(a) não poderá portar, consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início das provas.

10. Durante as provas não serão admitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, walkman, ponto eletrônico, gravador, iPod, MP3 player, computador portátil, inclusive “palms” ou similares ou qualquer outro tipo de aparelho armazenador, reproduutor ou receptor de mensagens, sob pena de exclusão do processo seletivo e eliminação.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 3ª REGIÃO
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PRESIDENTE
PRUDENTE

PSFN/PRES. PRUDENTE

RUA SÃO BENTO, 57, - JARDIM PETRÓPOLIS, PRESIDENTE PRUDENTE - SP, CEP: 19060-380
TELEFONE: (18) 2101-5777

Português

1) Assinale a frase gramaticalmente correta.

- A) Porque você diz isso?
- B) Você não foi porquê não quis!
- C) Eu fui ao evento, mas não entendi por que você não foi.
- D) Não combinamos antes por conta de uma discussão, mas não lembro porquê.

2) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente.

- a) amendoim, brigadero, passoca e açaí.
- b) amendoim, brigadero, paçoca e açaí.
- c) amendoim, brigadeiro, paçoca e açaí.
- d) amemdoim, brigadeiro, paçoca, açaí.

3) O uso do sinal indicativo da crase foi utilizado inadequadamente está incorreto em:

- a) O excesso de cigarro é prejudicial à saúde.
- b) Você vai à Presidente Prudente.
- c) A prefeitura considerou a oferta inferior à outra.
- d) Não façamos referências àqueles casos.

4) Indique qual conjunto de sinais de pontuação completa em ordem as lacunas de forma correta da afirmação abaixo.

“A AGU possui atribuição para atuar em todos os foros () regiões e instâncias judiciais () Supremo Tribunal Federal () Superior Tribunal de Justiça () Justiça do Trabalho () Justiça Militar () Justiça Eleitoral () Justiça Federal e Justiças dos Estados e do Distrito Federal ()”

- a) dois pontos, dois pontos, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, ponto final.
- b) ponto e vírgula, ponto e vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, ponto final.
- c) dois pontos, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, ponto de interrogação.
- d) vírgula, dois pontos, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, vírgula, ponto final.

5) Ele compreendeu o assunto, mas não conseguiu anotar no caderno. O verbo “compreendeu” poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:

- a) entendeu.
- b) desaprendeu.
- c) concordou.
- d) consentiu.

6) Há concordância inadequada em:

- a) Segue anexo os documentos.
- b) Seguem anexos os documentos.
- c) É bom bebermos café.
- d) Não é permitida a presença de estranhos.

Raciocínio lógico

7) É necessário juntar em um processo uma petição requerendo a intimação da parte contrária de determinado ato. Por sua vez, dentro de uma pasta na área de trabalho de um computador, apenas 2 (dois) arquivos dentre 16 (dezesesseis) atendem ao caso. Partindo do pressuposto que os nomes dos arquivos estão equivocados, qual a probabilidade de o documento correto ser juntado ao processo?

- A) 8%
- B) 20%
- C) 12,5%
- D) 15,5%

8) Em uma sala de aula, a professora de Matemática decidiu fazer um levantamento dos lanches comprados pelos alunos. A professora verificou que, de um total de 20 (vinte) alunos, 12 (doze) compraram brigadeiro; destes, 3 (três) compraram coxinha e brigadeiro, e 4 (quatro) alunos não compraram nada nesse dia. Quantos alunos compraram apenas coxinha?

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4

9) Sorteando-se um número de 1 a 45, qual a probabilidade de que esse número seja múltiplo de 5?

- A) 10 %
- B) 20 %
- C) 5 %
- D) 30 %

10) Considere a sequência de números: 7, 15, 24, 34, 45, 57, ...

Qual será o próximo número dessa sequência?

- A) 70
- B) 69
- C) 68
- D) 67

Direito Constitucional

11) De acordo com as normas constitucionais, apresentadas na Constituição Federal de 1988 (CF), referentes aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito que não seja líquido e certo.
- B) A todos são assegurados a razoável duração do processo judicial e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, o que não se aplica no âmbito administrativo.
- C) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- D) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a todos, indistintamente.

12) A respeito das normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, assinale a opção CORRETA:

- A) Normas de eficácia plena podem ser restringidas por lei infraconstitucional.
- B) Norma constitucional de eficácia plena é aquela que possui aplicabilidade direta, imediata e integral.
- C) Normas de eficácia contida não podem ser restringidas pela superveniência de lei infraconstitucional.
- D) Normas de eficácia limitada são autoaplicáveis.

13) Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma atribuição do Presidente da República.

- A) Fixar seus próprios subsídios e dos Ministros de Estado.
- B) Nomear e exonerar Ministros de Estado.
- C) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- D) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

14) Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Constituição permite utilizar tributo com efeito de confisco.
- B) Um Município pode instituir imposto sobre patrimônio de outro Município.
- C) É vedado aos entes federativos exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- D) É permitido aos entes federativos cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

15) A República Federativa do Brasil é composta pela união indissolúvel dos seguintes entes federados:

- A) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- B) União, Estados e Municípios.
- C) União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.
- D) União, Estados e Distrito Federal.

16) Assinale a alternativa que INCORRETA.

- A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
- C) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- D) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, considerando-se aprovada se obtiver,

em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros

17) Acerca da Advocacia Pública, assinale a alternativa CORRETA

- A) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- B) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, que deve ser nomeado após concurso de provas e títulos.
- C) A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União apenas judicialmente, não cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- D) Aos procuradores federais não é assegurada estabilidade.

18) Sobre as disposições constitucionais acerca do Poder Judiciário, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- B) Os juízes gozam de vitaliciedade e irredutibilidade de subsídios, mas a Constituição não garante a inamovibilidade.
- C) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- D) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios.

19) Não é fundamento da República Federativa do Brasil:

- A) Soberania.
- B) Cidadania.
- C) Dignidade da pessoa humana.
- D) Anonimato.

20) É privativo de brasileiro nato o cargo de:

- A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- B) Auxiliar administrativo.
- C) Oficial de Justiça.
- D) Técnico Judiciário.

Direito Administrativo

21) As autarquias devem ser criadas por:

- A) Lei
- B) Decreto
- C) Lei quando tiverem personalidade jurídica de direito privado; e emenda constitucional quando tiverem personalidade jurídica de direito público.
- D) Emenda constitucional

22) Entre os poderes atribuídos à Administração pública insere-se o denominado poder disciplinar, que corresponde ao poder de:

- A) Impor restrições à atuação de particulares, em prol da segurança pública.
- B) Editar normas para regulamentar a fiel execução da lei.
- C) Organizar a atividade administrativa, redistribuindo as unidades de despesas.
- D) Apurar infrações disciplinares e aplicar sanções aos servidores públicos.

23) Acerca da organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A desconcentração pressupõe a criação de entidades com personalidade jurídica.
- B) A descentralização pressupõe a criação de órgãos administrativos, sem personalidade jurídica.
- C) São órgãos de direito público as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas, os consórcios públicos e as fundações.
- D) Como expressão da desconcentração é possível a instituição de pessoas jurídicas de direito público, como autarquias e associações, bem como de direito privado, como empresas públicas e sociedades de economia mista.

24) Assinale a alternativa correta acerca da Responsabilidade do Estado:

A) A teoria do risco administrativo, diferentemente da teoria do risco integral, não admite causas excludentes do nexo causal por parte do Estado.

B) A teoria do risco administrativo não admite a ação de regresso contra o causador do dano.

C) O ordenamento jurídico brasileiro adota, em regra, a teoria do risco administrativo.

D) O Estado não pode ser responsabilizado pelas condutas de seus agentes.

25) Marque a alternativa que **NÃO CORRESPONDE** a um atributo do ato administrativo:

A) Autoexecutoriedade.

B) Fragmentariedade.

C) Presunção de legitimidade.

D) Imperatividade.

26) Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito das disposições constitucionais e legais da Administração Pública e dos Agentes Públicos.

A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os estrangeiros, independentemente de lei regulamentadora.

C) É garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.

D) Não se admite a contratação por tempo determinado no âmbito do serviço público.

27) Abuso de poder, também chamado de uso irregular de poder, é vício que ocorre quando o agente exerce indevidamente competência administrativa, atuando em desacordo com os objetivos legais. Sobre o abuso de poder, analise a alternativa **CORRETA**.

A) Pode decorrer tanto de condutas comissivas (quando o agente público age fora dos limites dos legalmente postos) quanto de condutas omissivas (quando o

agente público deixa de agir em situação imposta a ele por lei).

B) Excesso de poder é a forma de abuso própria da atuação do agente público fora dos limites de sua competência administrativa, sendo tal vício também denominado de desvio de finalidade.

C) Ao Poder Judiciário não pode coibir o abuso de poder, pois não lhe compete fazer juízo de valor acerca do mérito administrativo.

D) Almejando o combate eficaz ao abuso de poder, a utilização do instrumento do controle deu ensejo à criação, por exemplo, do Conselho Nacional de Justiça, ao qual cabe apenas a análise de reclamações, carecendo de competência para a imposição de penas.

28) Classificam-se como aqueles praticados pela Administração sem margem alguma de liberdade de decisão, pois a lei previamente determinou o único comportamento possível a ser obrigatoriamente adotado sempre que se configurar a situação objetiva descrita na lei. Essa informação se refere aos atos administrativos:

A) Discricionários.

B) Complexos.

C) Vinculados.

D) Individuais.

29) Possui personalidade jurídica de direito público:

A) Sociedade de economia mista.

B) Empresa pública.

C) Empresa de economia mista.

D) Autarquia.

30) Não é considerado um ato administrativo individual:

A) Nomeação de um servidor.

B) Demissão de um servidor.

C) Regimento Interno de um Tribunal.

D) Licença concedida a um servidor.

Direito Processual Civil

31) Acerca da denúncia da lide, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) É uma modalidade de intervenção de terceiros expressamente prevista no Código

de Processo Civil, que pode ser promovida por qualquer das partes.

B) Só pode ser promovida pelo autor.

C) É sinônimo de chamamento ao processo.

D) Não é modalidade de intervenção de terceiros expressamente prevista no direito brasileiro, embora seja admitida pela doutrina e pela jurisprudência.

32) Assinale a alternativa INCORRETA, no que diz respeito à coisa julgada:

A) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

B) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, podendo prejudicar terceiros.

C) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

D) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

33) No curso de um processo, o juiz da causa indeferiu a produção de prova requerida por uma das partes. Neste caso, assinale alternativa CORRETA quanto ao recurso cabível.

A) Em regra, essa questão não é coberta pela preclusão, e deverá ser suscitada em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

B) Em regra, é cabível agravo de instrumento.

C) Não cabem embargos de declaração, que só podem ser opostos contra sentenças ou acórdãos definitivos.

D) A parte prejudicada deverá interpor apelação imediatamente, sob pena de preclusão.

34) Acerca das tutelas provisórias, assinale a alternativa CORRETA.

A) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, e só pode ser revogada ou modificada em grau de recurso.

B) A tutela provisória só pode ser deferida em caso de urgência, não se admitindo a tutela provisória baseada em evidência.

C) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

D) Não é cabível recurso imediato das decisões que versarem sobre tutelas provisórias.

35) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência. Acerca da competência, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial.

B) A incompetência absoluta deve ser alegada em Contestação, sob pena de preclusão.

C) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.

D) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.

36) Acerca da intervenção de terceiro, assinale a alternativa CORRETA

A) O incidente de desconconsideração é cabível apenas na fase de cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

B) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu do afiançado, na ação em que o fiador for réu.

C) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será sempre resolvido por sentença.

D) Na denunciação da lide, se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.

37) Acerca dos embargos de declaração, assinale a alternativa INCORRETA

A) Cabem contra qualquer decisão para esclarecer obscuridade.

B) Não é recurso cabível para sanar erro material, mas sim, para manifestar inconformismo quanto ao entendimento fixado pelo juiz na decisão embargada.

C) Cabem para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento.

D) Considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em

incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

38) No que diz respeito às disposições do Código de Processo Civil sobre a contestação, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 10 (dez) dias.
- B) A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.
- C) Depois da contestação, não é lícito ao réu deduzir novas alegações, ainda que relativas a direito ou a fato superveniente;
- D) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar coisa julgada, que é configurada quando se repete ação que está em curso.

39) Assinale a alternativa CORRETA segundo o Código de Processo Civil.

- A) O processo começa por iniciativa judicial e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- B) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- C) Aquele que de qualquer forma participa do processo pode se comportar de acordo com a boa-fé, tratando-se de faculdade processual.
- D) Não é necessária a cooperação entre todos os sujeitos do processo para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

40) Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

- A) A União, exclusivamente pelo Presidente da República.
- B) O Município, exclusivamente pelo respectivo Prefeito.
- C) O espólio, pelo inventariante, síndico, administrador ou oficial de justiça.
- D) O condomínio, pelo administrador ou síndico.

Direito Tributário

41) É modalidade de suspensão do crédito tributário:

- A) O pagamento.
- B) A compensação.
- C) A isenção.
- D) O parcelamento.

42) Sobre o conceito de tributo construído a partir da definição do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o tributo

- A) Pode constituir sanção de ato ilícito.
- B) Está submetido à reserva legal.
- C) Pode ser pago por intermédio de prestação de serviço à comunidade.
- D) Deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente discricionária, a critério da autoridade fiscal.

43) São impostos federais:

- A) Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, Imposto de Importação e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.
- B) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, Imposto sobre a Propriedade Territorial e Rural e Imposto sobre Grandes Fortunas.
- C) Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- D) Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, Imposto de Exportação e Imposto sobre Produtos Industrializados.

44) Relativamente às obrigações tributárias, o fato gerador é a situação concreta para:

- A) O recolhimento do tributo
- B) A incidência do tributo.
- C) O vencimento do tributo.
- D) A extinção do tributo.

45) Caso a Fazenda Pública deixe de constituir o crédito tributário após cinco anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado, ocorrerá a:

- A) Homologação.
- B) Transação.
- C) Decadência.

D) Prescrição.

Direito Civil

46) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito quando a lei:

- A) For omissa.
- B) For injusta.
- C) Tiver caído em desuso.
- D) Ofender direito adquirido.

47) Complete a frase: "Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela _____".

- A) Coisa julgada.
- B) Preclusão.
- C) Perempção.
- D) Prescrição.

48) Assinale a alternativa INCORRETA acerca do negócio jurídico:

- A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- B) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- C) A validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a dispensar.
- D) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem

49) São elementos da responsabilidade civil, EXCETO:

- A) Nexô causal.
- B) Dano.
- C) Conduta.
- D) Solvência.

50) NÃO é nulo o negócio jurídico quando:

- A) Celebrado por agente relativamente incapaz.
- B) For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- C) Os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.
- D) Não revestir a forma prescrita em lei.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 3ª REGIÃO
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PRESIDENTE
PRUDENTE

PSFN/PRES. PRUDENTE

RUA SÃO BENTO, 57, - JARDIM PETRÓPOLIS, PRESIDENTE PRUDENTE - SP, CEP: 19060-380
TELEFONE: (18) 2101-5777

Nome: _____

Assinatura: _____

Documento de identificação: _____

Gabarito

1	A	B	C	D	26	A	B	C	D
2	A	B	C	D	27	A	B	C	D
3	A	B	C	D	28	A	B	C	D
4	A	B	C	D	29	A	B	C	D
5	A	B	C	D	30	A	B	C	D
6	A	B	C	D	31	A	B	C	D
7	A	B	C	D	32	A	B	C	D
8	A	B	C	D	33	A	B	C	D
9	A	B	C	D	34	A	B	C	D
10	A	B	C	D	35	A	B	C	D
11	A	B	C	D	36	A	B	C	D
12	A	B	C	D	37	A	B	C	D
13	A	B	C	D	38	A	B	C	D
14	A	B	C	D	39	A	B	C	D
15	A	B	C	D	40	A	B	C	D
16	A	B	C	D	41	A	B	C	D
17	A	B	C	D	42	A	B	C	D
18	A	B	C	D	43	A	B	C	D
19	A	B	C	D	44	A	B	C	D
20	A	B	C	D	45	A	B	C	D
21	A	B	C	D	46	A	B	C	D
22	A	B	C	D	47	A	B	C	D
23	A	B	C	D	48	A	B	C	D
24	A	B	C	D	49	A	B	C	D
25	A	B	C	D	50	A	B	C	D